Artigo original
https://doi.org/10.54260/eb.v37i144.224
ESTUDOS BÍBLICOS

Ação urgente e inteligente:

estudo da parábola do administrador astuto em Lc 16,1-8

Urgent and intelligent action:
study of the parable of the astute administrator in Lk 16,1-8

Lucas Merlo Nascimento*

* Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Doutorando na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor e coordenador de pós-graduação na Faculdade Teológica Batista de São Paulo, São Paulo, Brasil.

merlo.lucas@hotmail.com

Recebido em: 14/10/2021

Aprovado em: 16/11/2021

Licença *Creative Commons* CC BY 4.0

Resumo

O artigo objetiva compreender o sentido do elogio que Jesus faz ao administrador na Parábola do Administrador Astuto, registrada em Lc 16,1-8, assim como propor desdobramentos teológicos e hermenêuticos, visando a atuação cristã. A interpretação da presente parábola é marcada por discussões exegéticas e teológicas, devido às discussões quanto à delimitação da parábola, a relação com os ditos dos vv. 9-13, e à complicação teológica de Jesus contar uma história ressaltando uma ação desonesta. Com vistas a contribuir para a discussão, o artigo desenvolve-se partindo da análise do contexto literário, delimitação, forma, estrutura e ambiente, para então abordar seus conteúdos considerando a dinâmica narrativa própria da parábola. Explorando o sentido do elogio que a parábola faz à ação urgente e inteligente do administrador em contexto de ameaça e considerando o contexto escatológico da aplicação que Jesus faz a parábola, traçamos um olhar para a teologia da ação. Para tanto retoma o contexto e linguagem escatológicos da parábola e propõe que, em tempos desafiadores, escatológicos, chamados biblicamente de "presente era", a ação dos cristãos deve ser urgente e inteligente. Como fundamentação das discussões, são revisitados autores com importantes contribuições para a compreensão da parábola.

Palavras-chave: Parábola. Administrador Astuto. Lc 16,1-8. Ação urgente. Ação inteligente.

Abstract

The article aims to understand the meaning of Jesus' praise of the administrator in the Parable of the Astute Administrator, recorded in Lk 16:1-8, as well as to propose theological and hermeneutical developments, aiming at Christian performance. The interpretation of this parable is marked by exegetical and theological discussions, by the discussions regarding the delimitation of the parable, the relationship with the sayings of vv. 9-13, and the theological complication of Jesus telling a story highlighting a dishonest action. In order to contribute to the discussion, the article develops from the analysis of the literary context, delimitation, form, structure,

abib
Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica

and setting, to then address its contents considering the narrative dynamics proper to the parable. By exploring the sense of the parable's praise of the administrator's urgent and intelligent action in a context of threat, and considering the eschatological context of Jesus' application of the parable, we trace a look at the theology of action. It takes up the eschatological context and language of the parable and proposes that in challenging, eschatological times, biblically called the "present age," the action of Christians must be urgent and intelligent. As a basis for the discussions, authors with important contributions to the understanding of the parable are revisited.

Keywords: Parable. Astute administrator. Lk 16,1-8. Urgent action. Intelligent action.

1 Introdução

A parábola do administrador astuto é de difícil abordagem e a história de sua interpretação está marcada pela pluralidade de posturas e ênfases. Um dos pontos sensíveis da parábola, que causa estranhamento por ser usado por Jesus, é o uso do exemplo do administrador que é tido na parábola como defraudador. É notável que exclusivamente no evangelho de Lucas, Jesus apresenta outras parábolas que partem de figuras negativas como exemplo, como, por exemplo, a parábola do amigo inoportuno (Lc 11,1-8) e do juiz iníquo (Lc 18,1-8). Ressalta-se que ambas estão no contexto maior do deslocamento de Jesus para Jerusalém. Considerando esses dados e estranhamentos, nosso objetivo é revisitar a parábola, a fim de compreender em que sentido a ação do administrador é elogiada e, a partir daí, propor uma teologia da ação cristã. Para tanto, discutiremos os aspectos literários do texto, com ênfase à delimitação, devido à conexão redacional da parábola com os *logia* de Lc 16,9-13, visitaremos elementos do ambiente socioeconômico e, por fim, analisaremos os conteúdos do texto a partir de suas estruturas e dinâmica narrativa.

2 Questões literárias: delimitação, forma e estrutura

O contexto imediato define os destinatários da parábola. Em 16,1 Jesus se dirige aos discípulos, o que converge com a aplicação direta da parábola aos "filhos da luz". O contexto apresenta ainda os fariseus como interlocutores implícitos (v. 14). De forma indireta, a eles também se dirigem os *logia* dos vv. 9-13, assim como a parábola do rico e Lázaro. Sabe-se isso pela insistência de Lucas em qualificá-los como "amigos do dinheiro" e identificar que "ouviam tudo isso e zombavam dele".

O contexto mais amplo dessa parábola é a *viagem de Jesus da Galileia para Jerusalém*, iniciada em 9,51 e que vai sendo marcada até sua presença no templo, em 10,38; 13,1-5; 17,11; 18,35; 19,1; 19,28-29.41. Após a série de milagres na Galileia, no caminho *aumentam as oposições entre Jesus e os fariseus*, como pode ser visto a partir de 11,37; 12,1; 13,10; 14,1; 15,2; 17,20; 18,9 e que pode ser visto ainda na zombaria dos fariseus no v.14. No contexto mais amplo, outras narrativas e ditos Jesus tratam do *dinheiro e da administração* (12,13-21.22-34.41-46; 18,18-23.24-30; 19,1-10.11-27)

No contexto imediato, precede essa parábola as parábolas da ovelha, moeda e filho perdido (Lc 15) dita a publicanos, pecadores, fariseus e escribas (15,1), e sucede, após os *logia* (16,9-13), as reprovações à avareza e autojustificação dos fariseus (16,14-18) seguidas pela parábola do rico e Lázaro (16,19-31). As duas parábolas começam iguais. Os

textos intermediários entre as parábolas do administrador astuto e do rico e Lázaro parecem servir de ponto de contato entre ambas: da celeridade do administrador, em fazer amizades a partir das riquezas à condenação daquele que confia em riquezas. Fitzmyer (1987, p. 692) identifica o capítulo como "atitude que o discípulo deve manter e como deve usar os bens materiais".

O início da parábola não é difícil de delimitar. O cap. 15 termina a série de parábolas de "algo/alguém perdido" com a parábola do filho pródigo. A parábola do administrador astuto possui certa equivalência com a parábola do filho pródigo, formando um discurso parabólico (BAILEY, 2016, p. 333; BAYLEY, 1995, p. 278). Mesmo considerando a continuidade redacional, em 16,1, tem-se a introdução à parábola do administrador astuto, em discurso direto, identificando os discípulos como destinatários (Lc 15,1-2). Forma ainda uma continuidade com a parábola do rico e Lázaro, em sequência, que começa com a mesma identificação do homem rico (Lc 16,19).

Mais complicada é a definição do fim, devido à referência ao "senhor" no v.8a, se seria o senhor da parábola (12,37.42; 14,23), concluindo em 8a, ou se seria uma referência a Jesus (18,6), e então a parábola concluiria no v. 7. Joaquim Jeremias (1976, p. 42-46) argumenta que a parábola tem sua conclusão no v. 7, uma vez que o elogio do senhor ao administrador pela desonestidade não seria plausível. Argumenta ainda que a partir do v. 8 se teria uma série de *logia* suturadas à parábola. Para ele, a conclusão se dá de forma "aberta" no v. 7, pois tem a intenção de mostrar apenas a ação rápida e imediata do administrador diante da ameaça. Bailey (1995, p. 276-277) defende 8b como fim legítimo da parábola. Baseia-se em sua reconstrução estrutural do texto e em características orientais de 8b, afirmando que não serviria como explicação lucana da parábola para seu público.

Gourgues (2005, p. 135-137) e Fitzmyer (1987, p. 697) propõem que a conclusão na parábola estaria no v. 8a, na qual o senhor da parábola elogia o administrador. Para eles, no v. 8a tem-se a voz no narrador, no v. 8b, e mais diretamente nos vv. 9-13, a voz de Jesus, aplicando a parábola. Apesar do uso comum de Lucas nomeando Jesus como Senhor, a parábola contém outras três referências ao homem rico como senhor (v.3.5^{2x}). Além disso, o v. 8a apresenta ainda as palavras *administrador* e o verbo *fazer* (*poiéō*) em comum com o restante da parábola.

A conclusão no v. 8a, ainda que seja uma conclusão "surpresa" devido ao elogio do administrador, introduz a explicação do elogio – ao qualificar a ação do administrador como injusta, o senhor não a aprova em si, mas apenas enquanto resultado da ação astuta do administrador. Assim, a parábola conclui definindo em que termos a ação do administrador serve como exemplo. Compreendemos, portanto, o fim da parábola no v. 8a, no v. 8b teríamos a primeira exortação de Jesus, diretamente relacionada à parábola[1]. Os demais ditos dos vv. 9-13 seriam suturas editoriais (GOURGUES, 2005; BÍBLIA..., 2006; TRADUÇÃO..., 1994; FITZMYER, 1987; JEREMIAS, 1976).

Tendo compreendido a delimitação do texto, passamos a analisar sua forma e estrutura. Em seu estudo sobre as formas literárias do Novo Testamento, Berger (1998, p. 45-56) distingue parábolas, narrativas parabólicas e discursos parabólicos. Parábolas surgem de eventos costumeiros, recorrentes ou de comparações absurdas ("Quem dentre vós..."), e geralmente são curtas. Narrativas parabólicas são mais extensas e narram fatos únicos. Já os discursos parabólicos são extensos e compostos por parábolas, explicações e ditos,

[1] Para uma síntese da discussão quanto ao fim da parábola, ver Fitzmyer (1987, p. 694-696) e Gourgues (2005, p. 135-137).

possivelmente de formação mais tardia. Assim, Lc 16,1-8, pode ser compreendida como narrativa parabólica. Do ponto de vista da forma final do evangelho, pode-se considerar que o conjunto maior de Lc 15,1-17,10 é composto como um grande discurso contendo diversas parábolas.

Quanto às narrativas parabólicas, Berger (1998, p. 51-55) estabelece as seguintes características, que podem ser vistas em Lc 16,1-8a: nelas são implicadas relações de autoridade (*senhor/administrador*); geralmente são acompanhadas de juízos implícitos ou explícitos (*elogiou...*); são narrativas contadas como parte de argumentação; contém admonição, ensino ou conselho (*os filhos desta era...*); tendem a formar séries (ver o item "Delimitação", acima).

Para a análise da parábola, partiremos de sua estrutura narrativa. Para tanto, note-se que as cenas e diálogos são estruturados a partir da voz do narrador da parábola, que se identifica com Jesus (16,1), dos diálogos presentes na narração, marcados pelo verbo *dizer* (vv. 1.2.3.5.6.7) e pelos personagens que compõe a cena, que servem como interlocutores dos demais. Assim, a parábola é formada por 3 cenas narradas e por 4 diálogos. Na Cena I (v. 1) tem-se a denúncia do administrador, que introduz dois diálogos, o Diálogo I (v. 2), no qual o administrador é confrontado e sua administração requerida e o Diálogo II (vv. 3-4) no qual o administrador fala consigo mesmo e elabora seu plano. A Cena II (v. 5a), na qual o administrador convoca os devedores, abre os dois próximos diálogos, com os devedores (Diálogo III, vv. 5b-6). A parábola conclui com a Cena III (v. 8), na qual o narrador apenas diz que o senhor elogiou a ação astuta do administrador, que dá abertura à exortação imediata do v. 8b.

3 Ambiente socioeconômico

A parábola pressupõe um ambiente rural, de arrendamento de terras, possivelmente galilaico (JEREMIAS, 1986, p. 182). A isso aponta, por exemplo, uma das atividades alternativas concebidas pelo administrador: cavar, no sentido de trabalhar com o solo. Além disso, a dívida é referida em termos agrícolas: azeite e trigo. Freyne (1996, p. 86-87) descreve a Galileia lucana[2] como rural, apesar das diversas referências às cidades, com economia agropecuária baseada em frutas, grãos, óleo e gado (Lc 13,6-9; 12,16-21; 15,23.29). Nesta economia, tem-se num extremo os grandes proprietários de terra, que possuem empregados e administrador. No outro extremo, tem-se trabalhadores diaristas, escravos e indigentes (mendigos, cegos, coxos, deficientes). Entre essas classes está o meeiro ou pequeno proprietário de terra, que morava nas aldeias.

É notável que os personagens da parábola são definidos pelas *relações econômicas:* senhor, administrador, devedores. O senhor da parábola, homem rico, era um possuidor de terras, arrendador, que nem sempre estava em suas propriedades (veja, por exemplo, Lc 12,42-48). Stambaugh e Balch (1996, p. 51-52) destaca que a riqueza da Galileia se fundamentava, basicamente, em terra, herdada, adquirida por dívidas ou por guerras. Destaca ainda que "em certos lugares, dividiam-se as terras de um proprietário rico em

[2] No caso do estudo das parábolas próprias de Lucas, importa mais o imaginário lucano que propriamente a Galileia "histórica", ainda que se possa destacar cidades importantes no contexto do Império Romano como Tiberíades e Séforis, e o comércio intenso promovido pelas rotas (STAMBAUGH, BALCH, 1996, p. 75).

pequenas glebas entregues aos cuidados de arrendatários" e ainda que na Galileia "havia uma tendência rumo aos grandes latifúndios possuídos pelos ricos, cujas terras eram cultivadas por agricultores que as arrendavam" (STAMBAUGH, BALCH, 1996, p. 54-73). O administrador, um servo ou funcionário[3] que poderia estar sobre os outros servos e sobre os bens (Lc 12,42-44). Fitzmyer (1987, p. 697-698) propõe que o administrador não seja apenas responsável pelos servos da casa, como o mordomo, mas pelos bens e negócios de arrendamento de terra, conceder créditos, liquidar dívidas, responsável por tudo na ausência do senhor. Bailey (1995, p. 262) indica três possibilidades de compreensão do administrador (*oikonómos*): supervisor dos outros servos, como em Lc 12,42; um gerente de propriedades ou um tesoureiro da cidade, com em Rm 16,23. No caso de Lc 16, temos um funcionário, e não escravo (pode ser demitido), responsável pelos bens, portanto, um gerente de propriedades. Já os devedores são arrendatários de terras, que deveriam pagar ou uma porcentagem, ou porção fixa da colheita. No caso de Lc 16, possivelmente trata-se da segunda opção, já que as dívidas já eram conhecidas em valor bruto[4].

4 Estudo dos conteúdos

Uma vez compreendidos a extensão, os elementos estruturais e o ambiente socioeconômico do texto, passamos a analisá-lo. Para facilitar ao leitor, identificamos as partes do texto como "cena" ou "diálogo".

4.1 Cena narrada I – contextualização do problema

[1]E dizia, então, aos seus discípulos:
Certo homem era rico
e tinha um administrador,
e que foi denunciado a ele
como quem dispersava seus bens.

A primeira cena é introduzida pelo evangelista identificando que agora Jesus fala aos discípulos. Bailey (1995, p. 278) argumenta que o *de kaí* utilizado por Lucas é típico de transições e marcam continuidade em relação ao cap.15, e que só retornando a 15,3 pode-se identificar que Jesus contava uma parábola. Neste sentido, a frase introdutória marca tanto a continuidade da série de parábolas quanto a mudança de destinatários – de publicanos e pecadores, fariseus e escribas, para os discípulos.

A primeira cena da parábola é iniciada com quatro frases que identificam a existência do homem rico e de seu administrador. Como já notado, o homem rico é proprietário de terras, e o administrador, o responsável por gerir os arrendamentos. O administrador é caracterizado como alguém que fora denunciado a seu senhor por dispersar seus bens. O texto não ressalta de quem provém a denúncia. Bailey (2016, p. 335) presume que seja a comunidade aldeã, e, de certa forma coloca demasiado peso interpretativo, por considerar

[3] Em Lc, *oikonómos* alterna-se com *doûlos* e aparece exclusivamente em parábolas. Em 16,1-2 pressupõe um funcionário livre (GOETZMANN, 2000, p. 292).

[4] Bailey (1995, p. 263) levanta três categorias, a partir da Mishna: meeiro, que paga percentualmente, arrendatário, que paga porção fixa da colheita, e inquilino, que paga em dinheiro.

essa "comunidade" como aquela que demonstraria tanto a honradez do senhor, denunciando o administrador, como pressupondo que, ao fim da parábola essa comunidade celebraria a generosidade do senhor, perdoando parte da dívida.

O peso do texto recai sobre o administrador. Não é de interesse identificar quem o denuncia, mas que ele foi denunciado. O motivo da denúncia é que ele dispersava os bens do senhor. Questão importante para a interpretação da parábola é que não, necessariamente, nenhum crime sendo cometido. O verbo *diaskorpídzō* é usado em Lc 15,13 para indicar o uso descuidado que o filho pródigo faz quanto aos seus bens, mas não um uso ilegal. Assim, pode-se pensar que o administrador não administrava com cuidado os bens de seu senhor, o que não implica, com isso, que seja um criminoso (GOURGUES, 2005, p. 141-142).

4.2 Diálogo I: o senhor e o administrador – o problema

[2]E o chamou e lhe disse:
Que isto que ouço de ti?
Devolve a palavra de tua administração,
pois não é possível continuar a administrar.

Após a cena preparatória, que caracteriza o administrador, ocorre o primeiro diálogo, marcado pelo ato do senhor *chamar o administrador,* e, tendo chamado, dizer. As três frases que marcam a fala do senhor voltam-se novamente ao administrador. Primeiramente, o senhor não acusa de forma objetiva, mas sugere "ouvir coisas" sobre o administrador. Novamente não há qualquer identificação sobre "quem fala sobre o administrador". Seus denunciadores permanecem ocultos, e a acusação sugerida não é objetiva. Possivelmente corroborando a ideia de que o administrador não era, necessariamente, um criminoso, mas alguém cuja gestão não era cuidadosa, o que poderia ser genericamente visto, mas não objetivamente acusado.

A partir dessa sugestão, o senhor pede que o administrador "devolva a palavra" o que pode significar "prestar contas", ou ainda "devolver os registros/inventário" da administração. Considerando o que acontece nos próximos diálogos, o segundo sentido parece mais viável: o administrador precisava devolver os livros de registros contendo devedores, dívidas e quaisquer outras informações sobre a administração (FITZMYER, 1897, p. 701; BAILEY, 1995, p. 267). Na sequência o senhor explica sua solicitação: o administrador não continuará mais em seu cargo. Note-se que nada se exige como compensação pelo que o administrador tenha feito, o que corrobora que possivelmente apenas era um mau administrador (GOURGUES, 2016, p. 142). Também é notório que não haja nenhuma resposta do administrador, ciente de seus atos.

4.3 Diálogo II: o administrador consigo mesmo – a solução

[3]Disse, então, em si o administrador:
Que faço?
Porque meu senhor retira de mim a administração.
Cavar não consigo,
pedir me envergonho.

[4]Sei o que faço
para que, quando for retirado da administração,
recebam-me em suas casas.

O próximo diálogo, também marcado pelo verbo *dizer*, apresenta um diálogo do administrador consigo mesmo. Esse diálogo interior do administrador é marcado pela ação: o que faço? Sei o que faço. Indica que está conjecturando sobre como poderia resolver ou ao menos amenizar sua própria situação. À pergunta pela solução - o que faço? – segue-se novamente o problema que o administrador tem em mãos – seu senhor lhe retira a administração. Acresce-se a esse problema duas possíveis soluções para a sua situação: plantar e pedir, que são logo descartadas pela falta de força física ou vergonha. Tudo o que o administrador tem para sobreviver, portanto, é aquilo que ele é: administrador.

Descartando outras possibilidades de solução, e ciente de que o que ele sabe fazer é administrar, o administrador encontra uma saída para sua situação, depois que devolver os registros ao senhor e consolidar sua demissão. E a saída é continuar sendo administrador, ou ao menos um funcionário, mas sob outro senhor, esse é o significado de "recebam-me em suas casas". Ao explicar sobre as traduções de *oikonómos,* Bailey (1995, p.262) identifica o semitismo, na tradução para o siríaco, a expressão *rab bayto,* "administrador/grande da casa", que possivelmente fundamenta-se no hebraico *'ăšer 'al habbayît* – o que está sobre a casa, e daí, *oîkos-nómos,* "o que estabelece ordem na casa" como na LXX. Receber em suas casas indica, portanto, fazer dele um *oikonómos* - administrador.

Nesse diálogo interno, o administrador não explicita o que fará, apenas constata o que fará para continuar sendo administrador. A solução por ele encontrará só se explicitará nos diálogos seguintes.

4.4 Cena narrada II – contextualização da solução

[5]E convocou cada um dos devedores de seu senhor.

Os diálogos que apresentam a solução são introduzidos por uma cena descrita de forma muito sintética: o administrador convoca aqueles que deviam a seu senhor. São, pois, os arrendatários de terreno que, a seu tempo, deveriam pagar taxas fixas de seus produtos, pela terra utilizada. O fato de o administrador convocar os devedores indica que ainda era por eles reconhecido em sua função. Possivelmente sua demissão ainda não se tornara pública, o que ocorreria assim que ele se devolve os registros. Assim, tudo o que sucederá entre o administrador e os devedores são vistos por estes como ações administrativas e, portanto, autorizadas pelo senhor. Há de se notar que a convocação não ocorre por ser chegada a data dos pagamentos, mas pela situação do administrador. Os devedores não sabiam de que se tratava. A essa cena sucedem dois diálogos.

4.5 Diálogo III: o administrador com o primeiro devedor – solução

Dizia ao primeiro:
Quanto deves ao meu senhor?
[6]O qual, então, disse:
Cem batos de azeite.
O qual, então, disse-lhe:

Receba teus registros
e assentado rapidamente,
escreve cinquenta.

O diálogo é rápido, e formado apenas por três breves falas, novamente introduzidas pelo verbo dizer: pergunta, resposta e ordem. O administrador começa o diálogo com a estranha pergunta sobre quanto o arrendatário deve. A pergunta indica ao arrendatário que o administrador age em nome de seu senhor, ainda no cargo. Assim, as ações do administrador são tomadas como ações do senhor das terras. Gourgues (2005, p. 143) sugere negligência por parte do administrador em não saber os valores. Já Fitzmyer (1987, p. 702) afirma que o administrador sabia quanto cada um devia, pois tinha o documento em mãos. Bailey (1995, p. 270-271) indica que a pergunta se refere apenas à confirmação do valor da dívida.

Na sequência o arrendatário confirma o valor: cem batos de azeite. O bato (*bátos*) é medida líquida. Fitzmyer (1987, p.703) aponta que um bato equivaleria a cerca de 40 litros. Já Jeremias (1976, p.182) indica que cem batos de azeite corresponderiam a 3650 litros, ou à produção de 146 oliveiras ou ainda 1000 denários. Sendo o denário o salário diário (Mt 20,1-16), a dívida perfazia quase três anos de salário. Assim, o desconto dado pelo administrador seria da metade, equivalente a 500 denários.

A entrega do documento ao devedor é compreendida por Bailey (1995, p. 271) como forma de alterar o registro mantendo a caligrafia. Keener (2017, p. 262) propõe que sejam pequenas alterações, a ponto de o senhor não conseguir identificar caso venha a conferir. Gourgues (2005, p. 143) indica a possibilidade tanto de alteração do documento quanto do registro em novo documento. Note-se que a alteração deve ser feita às pressas: "assenta rapidamente e escreve", o que indica o curto prazo que o administrador tem para alterar os registros antes de devolver.

Fitzmyer (1987, p. 297-298) e a Bíblia de Jerusalém (2002, p. 1818, nota *a*) apontam como prática comum ao Antigo Oriente Médio o administrador oferecer empréstimos das propriedades do seu senhor e receber uma porcentagem cujo "recibo" de juntava aos documentos oficiais e por vezes no documento só constava a soma total. Bailey (1995, p. 259-263) cita a prática comum de o administrador receber um valor além da taxa de arrendamento, e que não seria condenável por isso. Cita ainda uma teoria que defende que a conversão da dívida em produtos agrícolas poderia ser uma forma de emprestar dinheiro e contornar a lei que proibia a usura. O editor em Língua Portuguesa do artigo de Goetzmann (2000, p. 292-293) inclui uma longa explicação da forma de burlar as leis judaicas de proibição da cobrança de juros.

Tanto Bailey (1995, p. 261) quanto Gourgues (2005, p. 144) rejeitam essas teorias pois implicariam em amenizar o ato do administrador, ou, no caso da usura, aplicar ao senhor das terras um juízo que o texto não possui. Assim, em nenhum dos casos a atribuição de injustiça (v. 8a) ao administrador faria sentido, uma vez que ou ele estaria descontando de sua comissão, ou estaria eliminando os juros cobrados por seu injusto senhor. Assim, apesar das interessantes teorias, possivelmente o texto refere-se a um "desconto", que também poderia ocorrer, por exemplo, quando há uma perda de produtos para pragas ou outros fenômenos naturais.

4.6 Diálogo IV: o administrador com o segundo devedor – solução

[7]logo ao outro disse:
Tu também, quanto deves?
O qual, então, disse:
Cem coros de trigo.
Diz a ele:
Recebe teus registros
e escreve oitenta.

O segundo diálogo com o outro devedor segue a mesma estrutura do anterior, com a alteração de detalhes: pergunta, resposta e ordem, novamente marcado pelo verbo *dizer*. O administrador faz ao segundo devedor a mesma pergunta, a qual é respondida pelo devedor contabilizando *cem coros de trigo.* Segundo Jeremias (1987, p. 182-183) explica que 100 coros equivaleria a uma produção de 42 hectares de trigo, ou 2500 denários. Como resposta, novamente o administrador ordena que a dívida seja alterada para menos. Apesar da diferença na proporção do desconto, em valor bruto seria mais ou menos equivalente ao do primeiro devedor: 500 denários.

Dois elementos narrativos chamam a atenção. Primeiro o uso de *légei*, (diz) no presente. Fitzmyer (1987, p. 704) afirma não ser comum essa forma verbal a Lucas (14x, contra c. 230x o aoristo *eîpen*). Além disso, todas as outras referências ao uso do verbo no texto estão no imperfeito ou no aoristo, sendo que na parábola o imperfeito também aparece apenas uma vez, na introdução ao diálogo com o primeiro devedor. É possível que esse fenômeno tenha como objetivo narrativo demonstrar a pressa e indicar uma "presentificação" desse último diálogo em relação à chegada do senhor, gerando um suspense narrativo. Segundo, para esse devedor o administrador não ordena que se assente para alterar o registro, mas apenas que altere, o que reforça a ideia de uma chegada iminente do senhor. Juntam-se a esses elementos o fato de que o v.8a corrobora que o senhor soube da alteração, pois só assim poderia elogiar o administrador. Assim, a partir desses dados textuais parece plausível considerar que a intenção da narrativa é contemporizar a alteração do último documento à chegada do senhor.

4.7 Cena narrada III – situação surpresa final

[8]E elogiou o senhor ao administrador da injustiça,
porque astutamente fez.

A parábola conclui com a última cena narrada: o senhor elogia o administrador. Assim, se a primeira cena narrada prepara o problema, e a segunda prepara a solução, a terceira apresenta-se como desfecho da parábola. A cena pressupõe a "presentificação" já explicada no verso acima: o senhor chega no momento que o último devedor está alterando o registro. A partir daí, espera-se algum tipo de punição ao administrador. Porém, a cena reação surpresa é de elogiá-lo, chamando atenção do ouvinte/leitor da parábola.

O narrador faz questão de esclarecer em que termos o administrador foi elogiado. Ele é chamado de *administrador de injustiça*, um genitivo qualificativo que poderia ser traduzido como "administrador injusto" (FITZMYER, 1987, p. 705). Mas em que se dá sua injustiça? Gourgues (2005, p. 142) ressalta que esse qualificativo não tem relação com

os vv. 1-2, uma vez que o administrador é acusado apenas de usar desordenadamente os bens, sem nenhum crime implicado. Sendo assim, "injustiças" referem-se, portanto, ao que ele fez em relação aos descontos dados aos devedores: sem autoridade, efetua os descontos como se autoridade tivesse, prejudicando seu senhor[5].

Uma vez que o elogio é estranho, já que o senhor fora prejudicado, o narrador acrescenta uma frase explicativa para precisar o elogio. Nada se fala quanto aos descontos em si, mas quanto à *ação astuta.* Não se avalia, pois, nessa frase explicativa, a justiça da ação, que já fora avaliada como *injusta.* Antes, o elogio recai sobre a astúcia do administrador em agir para garantir sua sobrevivência. A palavra *fronímōs* indica prudência, astúcia, sagacidade (Mt 10,16) e consta como um dos qualificativos do *administrador* em Lc 12,42. A palavra, possivelmente espelhando o hebraico *ḥāḵām*, não possui valor moral implícito. Não há, portanto, uma diferenciação entre *astúcia para o mal* e *astúcia para o bem.* Um valor moral implícito estaria no uso de *sofía*, mas não de *fronímōs.* Bailey (1995, p. 275) ressalta que é astúcia para sobrevivência (Mt 10,16).

A astúcia apresenta-se como qualificativo do verbo *poiéō,* fazer. Assim, o elogio recai sobre *o fato de o administrador ter feito algo diante da situação,* mas não sobre o que ele fez. A ênfase na ação pode ser vista na retomada do verbo, que aparece nos vv. 3-4: *que faço? Sei o que faço... astutamente fez.* Isso é corroborado pela lógica do texto: não é narrado se o que havia sido planejado pelo administrador deu certo. O esperado seria saber se o administrador foi denunciado ou se obteve êxito e foi recebido em outra casa. Essa é a lógica apresentada pelos vv. 3-4. No v. 3 apresenta-se o motivo (*hóti*) de sua ação: é-lhe retirada a administração. No v. 4, o resultado (*hína*) esperado: ser recebido na casa de um dos devedores. Essa estrutura seria esperada na cena final, como sequência natural. O v. 8a apresenta o *motivo do elogio* (*hóti*), mas não o resultado.

Considerando esses elementos textuais, a ênfase do texto recai sobre essa cena final, na qual nada sabemos quanto ao destino do administrador, se seus planos foram exitosos. Sabemos apenas que, diante de sua situação, ele *agiu astutamente*, e isso foi presenciado e elogiado pelo senhor, o que não implica que sua ação tenha sido justa, nem mesmo que tenha alcançado êxito.

4.8 A exortação direta: 8b

> [8b]Porque os filhos desta era astutos
> acima dos filhos da luz,
> para a geração de si mesmos, são.

Sendo a ênfase da parábola a cena surpresa final, na qual o administrador é elogiado pela sua ação astuta, o primeiro dito de Jesus exorta, de forma indireta, à ação astuta entre os discípulos, sendo uma aplicação direta do v. 8a. Introduzida por um novo *hóti,* serve como mais uma justificativa do elogio do senhor diante da ação do administrador – assim se faz entre os filhos desta era. A astúcia é comparada entre os *filhos da era presente* e *os filhos da luz.* Ambas as expressões são raras em Lucas. A primeira aparece também em Lc 20,34, a segunda, apenas aqui. Lc 20,34 aponta a comparação entre os *filhos desta era*, que se casam, e os *que visam alcançar a era vindoura e a ressurreição dos mortos.* Esses,

[5] A Bíblia de Jerusalém (2002, p. 1818, nota *a*) interpreta diferente de Gourgues, atribuindo a *injustiça* aos atos pressupostos nos vv. 1-2.

portanto, podem ser compreendidos como *filhos da luz.* Os contornos escatológicos ficam claros nesta segunda comparação. Assim, os *filhos da luz* são os que vivem com preocupações escatológicas, visando a era vindoura, e para isso vivem, enquanto os *filhos desta era* são aqueles que vivem com preocupações imediatas, como aqueles que se casam, ou ainda aqueles que buscam garantir sua sobrevivência.

A comparação entre a astúcia dos *filhos desta era* e dos *filhos da luz* é feita "em sua própria geração". A expressão indica que, num mesmo tempo, numa mesma geração, e, possivelmente *naquela geração,* os *filhos desta era* eram mais astutos. A geração é comum tanto aos *filhos desta era* quanto aos *filhos da luz.* Assim, o texto refere-se à perspicácia que pessoas que se preocupam consigo mesmos têm, para garantirem sua própria existência, como sendo maior que a astúcia que deveriam ter aqueles que vivem com preocupações escatológicas.

5 Considerações finais: Teologia da ação

A partir do estudo efetuado, é importante notar a dimensão escatológica do contexto e da parábola, para, então, compreender sua Teologia. A dimensão escatológica é percebida por Jeremias (1976, p. 45), que compreende que a parábola seja um alerta aos indecisos quanto à urgência da hora, e que os ditos expandidos derivariam daí a urgência escatológica quanto às riquezas, destinado aos discípulos. A dimensão escatológica evidencia-se também pelo contexto maior: Jesus está caminhando rumo a Jerusalém, com vistas à concretização do Reino em sua morte e ressurreição. Nesta jornada, duas parábolas citadas aqui são importantes: Lc 12, 42-48 e Lc 19,11-19. Ambas usam a figura do servo/administrador, e em ambas se destaca a chegada iminente do senhor[6]. Pode-se citar, ainda, a parábola do rico e Lázaro, na sequência da parábola do administrador astuto, como alerta escatológico – a morte chega sem aviso.

É, pois, olhando para essa urgente presença do Reino de Deus, para essa dimensão escatológica da realidade, que a parábola conclama os discípulos à ação astuta. Neste tempo em que se vive *na presente era*, mas buscando *a era vindoura,* é necessário *ação sábia, astuta*, em direção ao Reino. É preciso arriscar tudo diante daquilo que é nossa preocupação última. É nesse sentido que se unem o elogio do senhor à ação do administrador e a aplicação que Jesus faz da parábola. O administrador só sabia administrar e agiu astutamente para sua sobrevivência. O discípulo precisa agir astutamente, arriscar tudo pelo Reino. Isso porque corre-se o risco de *nada fazer pelo Reino*, e contentar-se em viver como os filhos da presente era. Corre-se o risco ainda de fazer algo, mas *fazer de forma não calculada, tola*, e ser menos astutos que os filhos da presente era. O discípulo é conclamado, assim, pelo exemplo do administrador e pela aplicação que Jesus faz, *à ação urgente, mas também à ação inteligente.*

O exemplo da ação astuta do administrador em contexto de ameaça quanto à sua posição serve tanto como exemplo quanto como oposição à ação do discípulo, segundo a aplicação de Jesus. Seguindo o exemplo do administrador, o discípulo deve agir rapidamente e de forma inteligente diante da realidade do Reino de Deus. Porém, em oposição ao administrador, representante dos *filhos desta era*, os discípulos, qual *filhos da luz,*

[6] Assim também em Lc 12,35-40.

devem canalizar sua ação visando o contexto, a condição e a consciência escatológica na qual vivem.

Referências

BAILEY, Kenneth E. *Jesus pela ótica do Oriente Médio:* estudos culturais sobre os Evangelhos. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BAILEY, Kenneth E. *As parábolas em Lucas.* São Paulo: Vida Nova, 1995.

BERGER, Klaus. *As formas literárias do Novo Testamento.* São Paulo: Loyola, 1998.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2006.

FITZMYER, Joseph A. *El Evangelio segun Lucas III – traducion y comentario*. Capitulos 8,22-18,14. Madrid: Cristiandad, 1987.

FREYNE, Sean. *A Galiléia, Jesus e os Evangelhos:* enfoques literários e investigações históricas. São Paulo: Loyola, 1996.

GOETZMANN, J. Casa. *In.*: COENEN, L.; BROWN, C. *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1, p. 291-294.

GOURGUES, Michel. *As parábolas de Lucas:* do contexto às ressonâncias. São Paulo: Loyola, 2005.

JEREMIAS, Joachim. *As parábolas de Jesus.* São Paulo: Paulus, 1976.

KEENER, Craig. *Comentário histórico-cultural da Bíblia:* Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 2017.

STAMBAUGH, J.; BALCH, D. L. *O Novo Testamento em seu ambiente social.* São Paulo: Paulus, 1996.

TRADUÇÃO Ecumênica da Bíblia. São Paulo: Loyola, 1994.